

# Cooperativas populares e práticas em Psicologia Social

## Popular cooperatives and practices in Social Psychology

Patricia Martins Goulart<sup>1</sup>  
pmg.correio@gmail.com

Silvia Batista Von Borowski<sup>2</sup>  
silvinhapsico@gmail.com

### Resumo

*Os objetivos deste trabalho consistiram em conhecer as práticas realizadas em arranjos cooperativos populares no âmbito da Economia Solidária, com atenção aos obstáculos e alternativas percebidas pelos extensionistas. O estudo, de desenho exploratório e qualitativo, analisou em profundidade 13 publicações datadas de 2003 até 2010, considerando o campo da Psicologia Social. As informações evidenciaram que a autogestão configura um dos focos principais dos artigos analisados. Outro aspecto se refere aos significados atribuídos ao trabalho na perspectiva cooperativista, os quais se conectam com sentimentos de autovalorização. Por outro lado, embora o trabalho em arranjos cooperativos seja enaltecido, os cooperados preferem empregos formais, regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas. Esses achados podem estar vinculados à precariedade financeira e aos entraves burocráticos presentes nos arranjos populares como também à pressão midiática em favor do consumo desenfreado e ao trabalho assalariado, como principal via de inclusão produtiva.*

**Palavras-chave:** cooperativas, práticas, Psicologia Social do Trabalho.

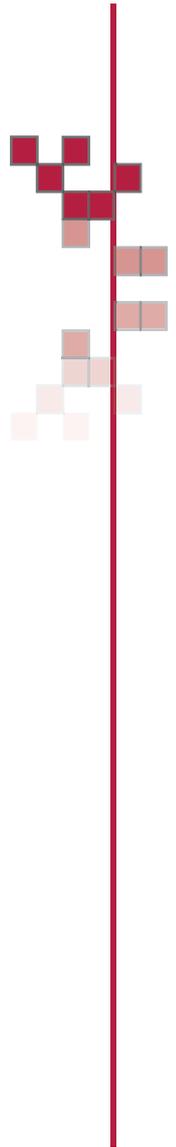
### Abstract

*The main purpose of this study consisted of ascertaining the practices pursued in popular cooperative arrangements within the solidarity economy, focusing on the obstacles and alternatives perceived by university extension agents. The study had an exploratory and qualitative design and examined in depth thirteen publications from 2003 to 2010, considering the field of Social Psychology. The information collected showed that self-management represents one of the main focuses of the articles analyzed. As far as the meanings attributed to work from the perspective of cooperatives are concerned, the study showed that they are connected with feelings of self-worth. Although the work in cooperatives is recognized, the cooperative members prefer formal jobs, ruled by the Consolidation of Labor Laws. This may be linked to the lack of funds and bureaucratic obstacles present in popular cooperative arrangements as well as the media's pressure in favor of unbridled consumption and of wage labor as the main route to productive inclusion.*

**Keywords:** cooperatives, practice, social psychology of work.

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista. Rua Silva Jardim, 136, Vila Matias, 11015-020, Santos, SP, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Centro de Ciências da Saúde. Av. Unisinos. 950, 93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil.



## Introdução

Há algumas décadas, a Economia Solidária (ES) vem sendo alvo de debates dentro e fora das universidades. Essas discussões integram conteúdos sobre autogestão, significação e apropriação do trabalho, cooperação, consumo consciente, entre outros. Sem dúvida, as práticas de trabalho inscritas em princípios da Economia Solidária podem representar uma opção de inclusão social e produtiva ante o desemprego e o subemprego, além de configurar uma filosofia de vida, um modo diferenciado de produzir e consumir.

Contudo, não é raro o predomínio de uma visão romântica no campo da ES, o que, por vezes, pode culminar em descrédito sobre as possibilidades de transformação macrossocial advindas de suas práticas e em desistência prematura de projetos de cunho cooperativo.

Quando nos voltamos para o cotidiano dos empreendimentos solidários, mais especificamente aos processos subjetivos que envolvem as comunidades marcadas pela pobreza, surgem muitas dúvidas e inquietudes. Ingressar no mundo cooperativo e de autogestão implica entrar no terreno da interdisciplinaridade, do contraditório, das ações coletivas, o que pressupõe uma ruptura com padrões socialmente estabelecidos, assentados na lógica individualista e cartesiana, própria da modernidade.

Marília Veronese tem se dedicado a estudar os pressupostos da Economia Solidária sob a égide da Psicologia Social Crítica do Trabalho (Veronese, 2007) como teoria e práxis e reforça, em seus textos, o quão estereis são as palavras se desprovidas de ações. Não se pode fazer pesquisa social sem se tornar parte dela, diz a autora.

Nessa perspectiva, cientes das potencialidades engendradas pela Economia Solidária, nos propomos a revisar as produções bibliográficas que versam sobre intervenções em empreendimentos populares, com atenção às opções metodológicas, obstáculos e alternativas percebidas pelos extensionistas em Psicologia Social.

A opção pela realização deste estudo tem o objetivo de conhecer os procedimentos e ferramentas utilizadas em intervenções comunitárias com foco em arranjos solidários, para aperfeiçoar a atuação nesse âmbito. Observa-se que os trabalhos de extensão universitária conservam em si uma extraordinária riqueza, por vezes encoberta pela não publicação e divulgação de trabalhos e/ou vivências realizadas (Goulart e Sarriera, 2001; Figueredo, 2008).

Nessa linha, carecem de visibilidade as ações e estratégias dos profissionais da academia frente às adversidades que assolam as cooperativas populares. Pondera-se que lidar com a problemática cotidiana da miséria, dos entraves burocráticos, da pressão midiática em favor do consumo desenfreado e do culto ao emprego formal requer esforços.

Explicitar os processos malsucedidos é tão importante quanto expor os casos de êxito, visto que ambos os processos podem levar ao aperfeiçoamento de práticas.

Destacamos que o Programa de Ações em Economia Solidária (PAES) da UNESCO, o qual abriga entre seus projetos o de incubadora de empreendimentos solidários, contribui, nessa escrita, com as discussões entre acadêmicos, professores e comunidade em geral sobre as práticas cooperativistas (Borowski, 2009).

## Caminhos percorridos

A pesquisa empreendida foi de desenho qualitativo e exploratório, sendo privilegiada a técnica de levantamento bibliográfico de informações. O passo inicial consistiu na busca de artigos que versassem sobre cooperativas populares a fim de identificar os aspectos bem-sucedidos, críticos e geradores de problematização advindos das vivências relatadas. Conferimos atenção a artigos com conteúdos predominantemente práticos, com o propósito de fazer uma síntese do que se tem reproduzido nessa área. Com base nesses critérios, foram analisados 13 artigos produzidos durante os anos de 2003 e 2010 no campo da Psicologia Social do Trabalho. A organização das informações e a análise em profundidade se deram a partir da aproximação de conteúdo.

Tem-se a pretensão de que este estudo sirva de inspiração para o exercício do trabalho relacionado a cooperativas que se caracterizem pela autogestão dos trabalhadores, com vistas ao fortalecimento deste campo. Nesta linha, não há compromisso de esgotar o assunto, mas sobretudo provocar reflexões sobre os desafios que se impõem à Psicologia Social do Trabalho.

## Descrição dos artigos

O estudo intitulado "Psicologia e cooperativismo solidário: possíveis (des)encontros", com base num relato de experiência, envolveu grupos de discussão e entrevistas individuais com feirantes de uma cooperativa popular. O trabalho objetivou conhecer os possíveis modos de intervir e inserir a Psicologia Social Comunitária em cooperativas populares, bem como os significados atribuídos a trabalho, trabalho cooperado, Economia Solidária e economia capitalista (Favero e Eidelwein, 2004).

Foram destacadas pelas autoras as dificuldades de compreensão sobre o trabalho da psicologia por parte dos feirantes, o que foi atribuído à distância dessa profissão da população em geral. Outro aspecto destacado nesse artigo foi a necessidade de formação crítico-reflexiva dos cooperados com o intuito de aumentar a adesão e a compreensão dos princípios norteadores de uma cooperativa, Economia Solidária e a fundamental participação ativa em todas as etapas do empreendimento, superando características próprias do capitalismo.

Nesse caso, foram consideradas fundamentais a presença e a atuação do psicólogo como agente de (re)significação, participando desse processo de transformação aliado aos demais profissionais.

Veronese, em parceria com Guareschi (2005), escreveu o artigo "Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da Psicologia Social Crítica". O estu-

do discute conceitos e práticas da Psicologia Social Crítica com ênfase num registro empírico obtido numa cooperativa de base solidária, sendo privilegiada a técnica de estudo de caso. Foram alvo de discussão os erros e os acertos percebidos pelos trabalhadores em uma cooperativa que se desfez por graves problemas institucionais.

O texto sinaliza a frustração dos cooperados em não conseguir levar adiante o projeto da cooperativa, deixando, assim, de colaborar para a transformação e formação de uma sociedade mais justa (Veronese e Guareschi, 2005). Para os autores, as tentativas malsucedidas dos trabalhadores em manter a cooperativa têm relação com os valores capitalistas, os quais se confrontam com o caráter inovador e contra-hegemônico do trabalho cooperativo solidário. E embora o grupo e as relações por eles vivenciadas estejam em sintonia com princípios da Economia Solidária, a formação capitalista e seus paradigmas estão plantados na constituição de cada um, sendo um aspecto limitador para a consolidação do empreendimento (Veronese e Guareschi, 2005). Esse artigo atenta para a responsabilidade da Psicologia Social crítica de produzir e articular conhecimentos e espaços de aprendizagem que fortaleçam empreendimentos de caráter solidário, facilitando e possibilitando suas potencialidades de êxito.

O conteúdo respectivo à Psicologia Social Crítica é ressaltado por Guareschi e Veronese (2009) em outro artigo, intitulado "Por que trabalhar com Economia Solidária na Psicologia Social". A discussão permeia as práticas em empreendimentos e as dificuldades de autogestão e intervenção sociopsicológicas, com vistas ao êxito desses arranjos cooperativos.

Guareschi e Veronese (2009) apresentam dados de um estudo de caso realizado numa cooperativa com cerca de 400 associados, com o objetivo de compreender as dificuldades que eventualmente estão contidas nos processos de cooperativismo em geral. Foram observados problemas na condução do processo de gestão do empreendimento, e de ordem financeira, administrativa e laboral, o que culminou em perda de sócios e de crédito.

Para os autores, a pedagogia e a psicologia poderiam contribuir no âmbito do cooperativismo solidário a fim de auxiliar e efetivar formas alternativas de trabalho e de viver em sociedade, e ainda contribuir para o empoderamento dos trabalhadores. Destacam-se também a importância da dialogia para a apropriação dos princípios autogestionários e a conciliação de solidariedade com capacidade administrativa. Nesse estudo de caso, foi ressaltada a necessidade de uma psicoeducação voltada para significações e aprendizagens com caráter contra-hegemônico, que primasse por valores ideológicos, com vistas ao sentido autêntico do cooperativismo. Outro aspecto levantado pelo estudo mencionado foi a necessidade de aproximação do profissional psicólogo com a comunidade e, também, com áreas educativas, favorecendo a consolidação de uma cultura cooperativista.

Em "Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência", escrito por Medeiros e Macedo (2006), foram investigadas as relações de trabalho entre catadores de materiais recicláveis e organizações de reciclagem dos materiais coletados. O texto descreve como os catadores percebem suas

relações de trabalho, as condições em que desempenham suas funções e as práticas do trabalho em cooperativas de reciclagem. Os dados advêm de entrevistas semiestruturadas com dez catadores que atuam em Goiana (GO). Os participantes denotaram sentimentos de inferioridade que, por sua vez, foram relacionados à baixa escolaridade. O texto chama atenção para condições extremamente precárias de trabalho e remuneração, o que evidencia o caráter perverso de inclusão da atividade de catador. Diante desse panorama, as pesquisadoras referem como alternativa o investimento em políticas públicas que garantam a inserção social com qualidade de vida para esses trabalhadores. (Medeiros e Macedo, 2006).

Em conformidade com esse estudo, o artigo de Barfknecht *et al.* (2006) "Saúde mental e Economia Solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre" teve como objetivo compreender se a organização do trabalho em empreendimentos populares favorece ou não a saúde mental dos trabalhadores. Para tentar responder a essa pergunta, foram utilizadas técnicas de observação de campo e entrevistas semiestruturadas com os cooperados. Entre os aspectos discutidos no texto, constam as dificuldades em separar o trabalho da esfera familiar, visto que a maior parte dos associados reside no mesmo bairro e/ou é da mesma família. Os relatos mostram que o fato de os cooperados estarem afetivamente envolvidos por laços de parentesco e vizinhança favorece as trocas e os processos de aprendizagem. Contudo, percebeu-se que as adversidades enfrentadas no trabalho eram banalizadas, eram encaradas como se fossem algo "natural", o que poderia favorecer o adoecimento.

Destaca-se ainda que os princípios da Economia Solidária estavam presentes no dia a dia dos trabalhadores, porém, as decisões ficavam centralizadas na coordenação, comprometendo, desse modo, o estabelecimento de uma relação de troca de experiências e sugestões que envolvesse todo o grupo.

Para finalizar, os autores referem que, apesar de ainda não haver uma gestão coletiva de fato, os cooperados estão caminhando nessa direção, seguindo princípios e estabelecendo artifícios para gerar um ambiente propício para o desenvolvimento de todo o grupo. São respeitadas as necessidades de cada um, o que por si é gerador de um ambiente adequado para a saúde mental. Entretanto, ressaltam, se faz necessário aprofundar estudos sobre os riscos ergonômicos e condições de trabalho em organizações dessa natureza (Barfknecht *et al.*, 2006).

Busardo (2006), no estudo intitulado "Autogestão em construção: uma cooperativa de construção civil do Rio de Janeiro", versou sobre as condições de vida e trabalho cooperado. Foram utilizadas entrevistas individuais ou coletivas semiestruturadas e a observação participante do cotidiano do trabalho.

Entre os dados apontados como favoráveis no trabalho cooperado, consta o reconhecimento relativo à qualidade dos serviços prestados, como também o desenvolvimento de uma postura mais crítica diante dos problemas sociais, e maior autonomia e autoconfiança para a tomada de decisões. A autonomia e a emancipação são percebidas por todos, tanto no ambiente

de trabalho como na vida social, como algo positivo e adquirido no contexto cooperativo (Busardo, 2006).

Um dos aspectos considerados desfavoráveis pelos cooperados é o despreparo social quanto a planos de saúde, visto que a maioria não paga a Previdência Social. Além disso, existe um sentimento contraditório sobre manter ou abandonar o empreendimento. Este último é movido pela intenção de abrir um negócio regido pela ótica do mercado (Busardo, 2006).

Na perspectiva de Busardo (2006), a autogestão, assim como o modo de regulação dos empreendimentos, prima por uma estrutura formativa de independência, um modo de tornar os sujeitos mais responsáveis, críticos e com autonomia, sem descartar a realidade na qual estão inseridos. Como caminho para superar os obstáculos percebidos, a autora chama a atenção para a relevância das ações coletivas, como também no investimento em políticas universais que garantam melhores condições de trabalho, com igualdade e equidade social.

Contribui de modo significativo nesta trajetória o estudo "Onde a autogestão acontece: revelações do cotidiano", escrito por Andrada (2006), com base em sua dissertação de mestrado que teve reconhecimento meritório da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), com o prêmio e versão em forma de livro.

A autora apresenta a experiência vivenciada por uma cooperativa de artesanato, com o foco no cotidiano das relações das associadas, em especial, desenvolvendo significativas reflexões sobre a importância do replanejamento e negociações micropolíticas da referida cooperativa.

O estudo se atém à descrição de experiências sobre o modo como se davam as tentativas de organizar as necessidades particulares de cada membro e específicas da cooperativa, além de trazer à tona as angústias nos modos de negociação quanto à produção de qualidade. Devido às condições individuais em que a maioria destas mulheres viviam e aos conflitos quanto à criatividade e ao cuidado na produção, muitas dificuldades foram trazidas à tona em processos de replanejamento formais (reuniões e assembleias) e não formais (durante o trabalho) a fim de encontrar um equilíbrio entre as preferências e necessidades pessoais e as exigências para o cumprimento das atividades da cooperativa.

As considerações elucidadas pela autora priorizaram a reflexão sobre o modo como as necessidades e limites de formalizações estavam postas nos procedimentos de autogestão, e a maneira como as cooperadas lidavam com os sentimentos emergidos em relação à organização. Segundo Andrada (2006), de um lado, estes dilemas contraditórios possibilitavam uma maior organização e controle e, de outro, a sensação de recair sobre as armadilhas da burocracia. Estas demandas apresentavam a necessidade de negociação quanto às escolhas organizacionais. Tais negociações permeavam as dificuldades no modo de organização do trabalho realizado, os horários de trabalho e a dedicação para a qualificação das demandas da cooperativa.

Cia e Cortegoso (2007) buscaram identificar, no artigo "Condutas coletivas de mediadores em processo de decisão", o papel dos mediadores em processos de incubação de empreen-

dimentos solidários, com atenção aos processos de tomada de decisão compatíveis com princípios cooperativistas. O método empregado incluiu técnicas de filmagens realizadas numa cooperativa de costuras, envolvendo 20 cooperadas e um mediador.

Foram examinados os comportamentos de um profissional de nível superior (mediador), membro da equipe de trabalho de uma incubadora universitária de cooperativas populares da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que acompanhava o grupo desde o início do processo de incubação. O artigo identificou que o mediador alcançará melhores chances de êxito se apresentar informações de forma completa, clara e objetiva, para que membros de um grupo em formação possam melhor identificar como lidar com as situações que enfrentam, particularmente no caso de tomada de decisões.

Promover a participação das cooperadas (solicitando manifestações, dando a palavra e apresentando perguntas) e propor encaminhamentos para os assuntos discutidos também foram procedimentos destacados. Estes, na expectativa das autoras, provocaram maior participação dos integrantes e, por conseguinte, se reverteram em autonomia do grupo. A experiência acumulada do moderador em relação ao processo de incubação de arranjos solidários e a outras situações que envolvem trabalho coletivo também foi ressaltada como favorável.

Da análise dos autores, vale salientar que o procedimento de mediação produziu no grupo incubado uma compreensão mais objetiva dos assuntos discutidos nas reuniões, tornando mais claro o manejo das informações pertinentes a todos os membros, sendo, portanto, uma alternativa dentro das práticas de Economia Solidária (Cia e Cortegoso, 2007).

O artigo intitulado "Cooperação e autonomia: desafio das cooperativas populares" teve como propósito a descrição dos processos de apropriação do espaço cooperado (Nasciutti *et al.*, 2003). O estudo foi realizado em cooperativas populares urbanas na cidade do Rio de Janeiro, com base em entrevistas semiestruturadas e observação participante.

Nesse percurso, os autores puderam constatar que os cooperados reconhecem a eficácia da ação coletiva na vida cotidiana. Foram percebidas mudanças no grupo quanto à autoestima e aos modos de apropriação do espaço de trabalho dos cooperados, porém, estes também apresentaram sentimentos ambivalentes quanto à apreciação do trabalho. Ao mesmo tempo em que os trabalhadores cooperados conseguem valorizar o espaço cooperativo, não conseguem estabelecer relações entre trabalho, cidadania e direitos trabalhistas, optando sempre que possível pelo retorno ao trabalho formal (Nasciutti *et al.*, 2003). Os entraves burocráticos estatais também foram considerados elementos que interferem negativamente nos arranjos cooperativos.

As autoras finalizam o estudo com problematizações acerca do significado de ser sujeito e coletivo nos núcleos cooperativos.

"Os sentidos do cooperativismo de trabalho: as cooperativas de mão de obra à luz da vivência dos trabalhadores" é um estudo resultante da tese de doutorado de Oliveira (2007). Os sentidos do cooperativismo são discutidos a partir de obser-

vações e de relatos de trabalhadores sobre suas vivências e as relações de trabalho estabelecidas em suas cooperativas. Foram realizadas observações, conversas informais e 14 entrevistas semiestruturadas em diversas cooperativas de São Paulo. Na investigação, o autor analisou as relações no cotidiano de trabalho de cooperativas distintas: uma de modelo industrial, uma cooperativa de mão de obra e uma cooperativa baseada em princípios de Economia Solidária (Oliveira, 2007). Entre os dados analisados, os dilemas da autogestão figuram entre os mais citados, além do relato sobre a precariedade do trabalho em comparação ao assalariado. Em perspectiva comparada, o cooperativismo nos modelos industrial e popular estudados foi marcado pelos dilemas próprios da autogestão, enquanto na cooperativa de mão de obra pela precarização do trabalho em relação ao vínculo empregatício tradicional.

Outro estudo relacionado às significações do trabalho solidário foi escrito por Coutinho e Dal Magro (2008) e recebe o título "Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em empreendimentos solidários". Nele, os autores trouxeram a dificuldade de compreensão, por parte dos trabalhadores, quanto a significar o trabalho cooperado, seus objetivos e seus papéis.

O fato de a referida cooperativa não adotar os princípios pertinentes à Economia Solidária, como sugeria a sua missão, levava os cooperados a permanecer em sistemas de empresas capitalistas. Por exemplo, a presidente responsável por tomadas de decisões foi eleita informalmente, sem uma articulação e troca de ideias e iniciativas por parte dos sujeitos envolvidos (Coutinho e Dal Magro, 2008).

Nas considerações finais do artigo, as autoras estimulam a adesão em redes de cooperação, como forma de viabilizar a sobrevivência, o que não representa a superação do capitalismo, mas contribui para uma maior distribuição da renda (Coutinho e Dal Magro, 2008).

Nardi e Yates publicaram "Transformações contemporâneas do trabalho e processos de subjetivação: os jovens face à nova economia solidária", no ano de 2005. O foco do estudo versava sobre os modos de subjetivação do trabalho, opiniões e relações com as transformações contemporâneas de trabalho para um grupo de jovens inseridos em empresas caracterizadas por processos de inovação e reestruturação (como o caso dos bancos) e um grupo de jovens inseridos em empreendimentos solidários. Por meio de uma pesquisa biográfica e articulação com entrevistas semiestruturadas, foi constatado que os modos de enfrentamento dos jovens em empresas reestruturadas se caracterizavam por um discurso voltado para o individualismo. Por outro lado, para os jovens trabalhadores de empreendimentos vinculados à Economia Solidária, a lógica da sobrevivência foi o vetor ordenador dos discursos, o que não deixa de pertencer à lógica da competição. Os autores ponderaram que, a exemplo dos jovens do primeiro grupo, estes também não conseguem efetivar projetos que busquem transformar a configuração social vigente. O trabalho solidário, para o segundo grupo, representa um subterfúgio para diminuir a condição precária e prontamente substituível por um emprego formal com um retorno

financeiro maior (Nardi e Yates, 2005). E, na opinião dos jovens, o modo de trabalhar na atualidade tem sofrido alterações profundas, tornando-se mais violento, injusto e desigual.

Para os autores, o Brasil, como os demais países com economia mais frágil, depende de transformações no laço social, visando à diminuição das desigualdades e à construção de ligações mais igualitárias (Nardi e Yates, 2005).

No artigo "Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários", os autores fazem uma reflexão sobre o conceito de autogestão, relatando seu desafio conceitual devido às diferentes atribuições históricas e à sua utilização recente dentro do contexto da Administração, ou seja, nas empresas capitalistas (Lechat e Barcelos, 2008). O conceito de autogestão é um divisor entre o cooperativismo empresarial e as propostas da Economia Solidária, e, na maioria das vezes, os projetos, apesar de serem solidários, não são autogestionários. Essas reflexões realizadas pelos autores introduzem o objetivo de apresentar um processo metodológico de incubação.

Dentre os procedimentos para a efetivação das incubadoras assistidas por eles, consta a importância da formação contínua e informação sobre os métodos que envolvem a efetivação da organização do empreendimento, além da promoção dos conceitos que envolvem a Economia Solidária (Lechat e Barcelos, 2008).

A equipe que circundava o projeto estava atenta e presente desde o princípio para o confronto entre conhecimentos científicos e os do senso comum, apresentando estratégias informativas e recursos de aprendizagens para a sua superação. Chama a atenção nesse artigo que o fator tempo configurou um aspecto determinante na metodologia do projeto. A compreensão de que "tudo tem seu tempo para acontecer" (Lechat e Barcelos, 2008, p. 14) cede espaço aos prazos impostos pelos órgãos financiadores, que estabelecem limites para a apresentação de resultados como forma de controle.

Para finalizar, foram levantados alguns aspectos pontuais considerados facilitadores dos processos de incubação, como o crescimento mútuo com as trocas de saberes dentro de fóruns semanais, a contribuição contínua para a mudança de cultura no entorno dos órgãos envolvidos, a operacionalização do desenvolvimento de incubação por meio dos diários de reuniões, trocas significativas, a percepção do grupo como um processo próprio de incubação dentro dos procedimentos de condução da proposta e a necessidade de reflexão permanente.

## Análise e sínteses

Neste percurso bibliográfico, a autogestão configura um dos focos principais das práticas analisadas, como se percebe em alguns dos artigos revisados (Andrada, 2006; Oliveira, 2007; Lechat e Barcelos, 2008; Coutinho e Dal Magro, 2008; Guareschi e Veronese, 2009; Busardo, 2006; Cia e Cortegoso, 2007; Molin e Fonseca, 2008). Estes atentam para as dificuldades da autogestão e suas influências negativas na consolidação dos empreen-

dimentos, o que pode ser um reflexo da cultura empreguista, na qual figuram de modo hegemônico as categorias de empregador e empregado nas relações de trabalho. Embora o pleno emprego não seja regra no cenário brasileiro, tampouco as atividades cooperativas têm respaldo satisfatório de políticas públicas, como modo de incentivo e fortalecimento destas práticas. Como dado adicional, podemos citar o quão recente é a implantação da Secretaria de Economia Solidária no país, a qual nasceu no ano de 2003, pelas mãos do governo Lula.

Também foi sinalizado, na maior parte dos casos, que cooperados almejam retornar à condição de trabalhadores assalariados, com padrão e cargas reguladoras, o que pode estar vinculado às precárias condições de trabalho vivenciadas nesses ambientes (Barfknecht *et al.*, 2006; Medeiros e Macedo, 2006; Busardo, 2006; Oliveira, 2007). As práticas analisadas revelam que, embora o trabalho em arranjos cooperativos tenha sido considerado de valor por parte dos envolvidos, os mesmos preferem os empregos formais, regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas.

Destacam-se estudos que primam pela visibilidade de alternativas de inclusão social e produtiva para além do vínculo empregatício (Favero e Eidelwein, 2004; Veronese e Guareschi, 2005, 2009; Nardi e Yates, 2005) e que fornecem subsídios de informação, formação e adesão de trabalhos com caráter coletivo.

Tais práticas pressupõem uma articulação constante de participação e discussão nos fóruns de Economia Solidária nas esferas local, municipal e federal, por parte daqueles que exercem atividades cooperativas e de autogestão, como também da academia, entidades não governamentais e demais entidades de apoio ao paradigma solidário. Este movimento em rede não escapa aos olhos dos autores que integraram as bases deste estudo, visto que as condições necessárias para alavancar os empreendimentos solidários e agrupamentos que se unem em prol de trabalho e renda se entrelaçam com as políticas públicas e os programas que delas derivam.

## Considerações finais

A Economia Solidária requer mais do que a intencionalidade de prática, mas a conquista de desafios como interagir com sujeitos desacreditados e imersos em posicionamentos de menos-valia (Guareschi e Veronese, 2009). E também profissionalismo e o acesso a informações de gestão que possam tornar os ambientes sustentáveis num cenário de extrema competitividade.

A Psicologia Social e do Trabalho é, em conjunto com outras esferas do conhecimento, um meio para se compreender e ampliar as possibilidades de efetividade de espaços cooperativados, empreendidos e autogeridos.

As universidades, com a tarefa de garantir uma educação comprometida com a moral, a ética e a axiologia em conformidade com o desenvolvimento regional de culturas voltadas para a dimensão social, têm deixado muito a desejar em sua missão, que na concepção de Boaventura de Sousa Santos, consiste na busca da verdade (2005).

Para isso, consideramos fundamental o fortalecimento de uma concepção crítica sobre a realidade, que incentive a perspectiva cooperativista e interdisciplinar de análise e intervenção. E, de modo específico, a extensão é o campo fértil para a promoção das práticas comunitárias, que devem estar imbricadas com o ensino e a pesquisa, em direção a uma educação libertadora.

Não somos indiferentes à complexidade do tema, visto que os profissionais que vivenciam o cotidiano em arranjos cooperativos, muitas vezes, também estão se apropriando de algo novo e distinto de suas realidades e comungam da cultura consumista e individualista que se apresenta. Esta premissa situa o trabalho em rede como condição *sine quo non* para o fortalecimento de uma outra economia, pautada no bem-viver (Mance, 1999), e não na perspectiva aristotélica do viver melhor.

As reflexões e produções desencadeadas no âmbito acadêmico sobre as práticas em empreendimentos solidários trazem em si elementos para reforçar e aprimorar intervenções, além de desvelar ferramentas que fortaleçam a inclusão social e produtiva. E essas iniciativas, se forem de caráter público, podem sinalizar caminhos para além da perspectiva formal de emprego, inscrita no trabalho assalariado, e desenvolver o senso de sustentabilidade presente e futura, a preservação de Direitos Humanos e uma maior equidade das condições de vida entre os sujeitos. Tal possibilidade perpassa pelos modos de produzir e consumir.

## Referências

- ANDRADA, C.F. 2006. Onde a autogestão acontece: revelações a partir do cotidiano. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 9(2):1-14. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v9i1p1-14>
- BARFKNECHT, K.S.; MERLO, A.R.C.; NARDI, H.C. 2006. Saúde mental e economia solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre. *Revista Psicologia e Sociedade*, 18(2):54-61.
- BOROWSKI, S.B. 2009. *Cooperativas e empreendimentos solidários: casos práticos à luz da psicologia social*. Criciúma, SC. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, 60 p.
- BUSARDO, E.A. 2006. Autogestão em construção: uma cooperativa de construção civil do Rio de Janeiro. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, 9(1):53-71. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v9i1p53-71>
- CIA, F.; CORTEGOSO, A.L. 2007. Condutas de mediadores em processos de decisão coletiva como condição para uma educação emancipatória na Economia Solidária. *Revista Psicologia & Sociedade*, 19(2):103-113. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000200014>
- COUTINHO, M.C.; DAL MAGRO, M.L.P. 2008. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em "empreendimentos solidários". *Revista Psicologia em Estudo*, 13(4):703-711. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722008000400008>
- FAVERO, E.; EIDELWEIN, K. 2004. Psicologia e cooperativismo solidário: possíveis (Des)encontros. *Revista Psicologia & Sociedade*, 16(3):35-40. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822004000300005>
- FIGUEREDO, R. 2008. *Psicologia comunitária: aspectos teóricos e metodológicos*. Criciúma, SC. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, 64 p.

- GOULART, P.M.; SARRIERA, J.C. 2001. Uma experiência junto a estagiários de psicologia comunitária da PUCRS. *Psicologia e contemporaneidade: diálogos e reflexões*. Porto Alegre, PUCRS, p. 127-128.
- GUARESCHI, P.A.; VERONESE, M.V. 2009. Por que trabalhar com economia solidária na Psicologia Social. *Revista Psico*, 40(1):94-101.
- LECHAT, N.M.P.; BARCELOS, E.S. 2008. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. *Revista Katálysis*, 11(1):96-104.
- MANCE, E.A. 1999. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis, Vozes, 220 p.
- MEDEIROS, L.F.R.; MACEDO, K.B. 2006. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência. *Revista Psicologia Et Sociedade*, 18(2):62-71.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000200009>
- MOLIN, F.D.; FONSECA, T.M.G. 2008. Autopóiese e sociedade: a posição estratégica do desejo na gestão de uma rede social. *Revista Psico*, 39(1):100-106.
- NARDI, C.H.; YATES, D.B. 2005. Transformações contemporâneas do trabalho e processos de subjetivação: os jovens face à nova economia solidária. *Revista Estudos em Psicologia*, 10(1):95-103.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2005000100011>
- NASCIUTTI, J.C.R.; DUTRA, F.S.; MATTA, J.S. 2003. Cooperação e autonomia: desafios das cooperativas populares. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 6:91-107.  
<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v6i0p91-107>
- OLIVEIRA, F. 2007. Os sentidos do cooperativismo de trabalho: as cooperativas de mão-de-obra à luz da vivência dos trabalhadores. *Psicologia e Sociedade*, 19:75-83.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000400011>
- SOUSA SANTOS, B. de. 2005. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 9ª ed., São Paulo, Cortez, 348 p.
- VERONESE, M.V.; GUARESCHI, P. 2005. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da Psicologia Social Crítica. *Revista Psicologia Et Sociedade*, 17(2):58-69.
- VERONESE, M.V. 2007. *Psicologia Social e Economia Solidária*. São Paulo, Ideias Et Letras, 176 p.

Submetido: 15/03/2011

Aceito: 25/11/2013